

## Isenção de adicional ao frete pode ser prorrogada

A prorrogação por mais dez anos da isenção do adicional ao frete nos portos do Norte e do Nordeste foi acolhida pela Comissão de Assuntos Econômicos. A proposta vai a decisão terminativa na Comissão de Desenvolvimento Regional. **4**

## Mais prazo para desistir de compra a distância

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor amplia de sete para 15 dias o prazo para desistir da compra de produtos adquiridos por telefone ou internet. Devolução de dinheiro deve ser imediata. **4**

# Roraima e Amapá devem receber terras da União

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que define as terras que a União repassará a Roraima. Emenda incluiu a transferência de terras também para o Amapá. Matéria volta ao exame da Câmara. **2**



Gerardo Magêlo

Jucá (E) acatou sugestão de Sarney (C) para incluir Amapá em projeto; eles conversam com Virgílio, Sérgio Guerra e Agripino

## Agronegócio depende da preservação ambiental

Alerta foi feito no Plenário por Osmar Dias. Ele afirmou que a produção de alimentos no futuro está ligada às medidas de conservação no presente. Além disso, cuidar do meio ambiente pode aumentar a produtividade no campo. **8**

## Brasil segura "lanterna" em leitura, diz Cristovam

Senador lamentou último lugar obtido pelo Brasil em exame aplicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e comparou: é como se a Seleção Brasileira caísse para a segunda divisão da Copa do Mundo. **7**

## Debate sobre CPI da Petrobras mobiliza senadores em Plenário

O presidente do Senado, José Sarney, pediu aos líderes que indiquem os integrantes da comissão de inquérito. Mercadante defendeu debate de alto nível; Agripino cobrou presidência da CPI para a oposição; Virgílio disse que o PSDB quer "reestatizar a Petrobras". **3**

## Internação ajuda doente mental, avaliam especialistas

Em debate na Comissão de Assuntos Sociais, médicos criticaram o rigor com que a reforma psiquiátrica de 2001 procurou coibir internação de pessoas com transtornos mentais, reduzindo o número de leitos disponíveis. **5**



Miriam Kollme

Durante audiência na CAS sobre o atendimento público em saúde mental, estudantes protestam contra as internações prolongadas em hospitais psiquiátricos



Medida provisória, transformada em projeto de conversão, só beneficiava Roraima. Por sugestão da bancada do Amapá, relator incluiu esse estado



No Plenário, o relator da matéria, Jucá (D), conversa com Mercadante durante a discussão. Projeto voltará à Câmara

## Senado aprova repasse de terras a Roraima e Amapá

O PLENÁRIO APROVOU ontem a medida provisória que detalha as terras que a União repassará ao estado de Roraima, criado pela Constituição de 1988 e implantado no início de 1991.

Romero Jucá (PMDB-RR), relator do projeto de lei de conversão (PLV 7/09) oriundo da MP 454/09, aceitou sugestão dos senadores do Amapá – José Sarney (PMDB), Papaléo Paes (PSDB) e Gilvam Borges (PMDB) – e incluiu emendas que também transferem terras da União para esse estado, igualmente criado pela Carta de 1988. Excluindo as áreas de reserva, todas as terras destinadas aos dois estados são administradas pelo Incra. A aprovação ocorreu em votação simbólica, com abstenção da senadora Marina Silva (PT-AC), ex-ministra do Meio Ambiente.

Já existe uma lei que determina a transferência das terras federais a Roraima (Lei 10.304/01), mas o Supremo Tribunal Federal entendeu, ao julgar duas ações,

que a transferência não podia ser automática, exigindo a identificação prévia de quais áreas devem ser mantidas em nome da União. A MP 454/09 faz essa identificação.

Por causa das emendas que beneficiam o estado do Amapá, o PLV 7/09 voltará à Câmara dos Deputados para nova votação. O relator alertou para o fato de que o projeto tem de ser votado até 1º de junho, quando a MP original perderá eficácia.

### Aplausos

Ao defender a aprovação da matéria, Romero Jucá afirmou que a proposta viabiliza o sonho do povo de Roraima. José Agripino (DEM-RN) disse que se trata de uma espécie de independência de Roraima e do Amapá e que agora, finalmente, o Incra terá de repassar as terras aos governos dos dois estados, tornando possível a titulação de áreas em nome dos atuais ocupantes.

Aplaudiram a decisão os senadores Papaléo Paes (PSDB-AP), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Augusto Botelho (PT-RR) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).

O projeto de lei de conversão estabelece que o Incra não poderá repassar aos estados as áreas que pertencem constitucionalmente à União (rios, lagos, áreas costeiras, terras que tradicionalmente pertencem a indígenas, áreas militares e reservas nacionais). Ainda de acordo com o PLV, não poderão também ser transferidas terras destinadas pela União a projetos de assentamento e unidades de conservação em processo de criação.

A proposta aprovada pelos senadores estabelece ainda que as terras transferidas pelo Incra aos dois estados deverão ser usadas preferencialmente em "atividades agrícolas diversificadas", em conservação ambiental, em assentamentos e em projetos de colonização.

## Congresso Nacional mantém 86 vetos

Foram mantidos os 86 vetos do presidente da República apreciados no dia 13 de maio em sessão conjunta do Congresso Nacional. O anúncio foi feito ontem pelo senador Paulo Paim (PT-RS) quando presidia a sessão do Senado. Os vetos foram apostos a 16 projetos de lei aprovados pelo Senado e pela Câmara.

Entre os vetos examinados, havia dispositivos sobre a criação de novas áreas de livre comércio no país e a regulamentação de novas profissões, entre outros assuntos.

Em 26 de maio devem ser objeto de deliberação um grupo de vetos considerados polêmicos, já que não há acordo sobre sua manutenção ou sua derru-

bada. Entre esses, está o veto a uma emenda ao PLV 18/06, que concedia aos beneficiários pagos a aposentados e pensionistas o mesmo índice de reajuste – 16,67% – do salário mínimo em 2006. No dia 6 de maio já haviam sido votados – e mantidos – 952 vetos a 129 projetos. Com isso, já foram examinados, este ano, 1.038 vetos.

## Seminário discute cadastro positivo de crédito

O Senado realiza amanhã seminário sobre o projeto de lei que cria o cadastro positivo. O evento será promovido pelo Centro de Estudos da Consultoria Legislativa da Casa. Entre os palestrantes, estão Ângelo Duarte, coordenador da Secretaria Extraordinária de Reformas Econômico-Fiscais (Seref), do Ministério da Fazenda, e Leonardo Roscoe Bessa, presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon). O seminário tem início previsto para as 9h30, na sala 6 da Ala Nilo Coelho.

Para especialistas, a criação

de um cadastro positivo teria o efeito de estimular a queda de juros. Os bancos argumentam que a grande inadimplência é a causa do alto *spread* bancário (diferença entre as taxas pagas aos aplicadores e as exigidas de quem toma empréstimo).

O Projeto de Lei do Senado 263/04, do então senador Rodolpho Tourinho, foi aprovado pela Casa em março de 2007 e enviado à Câmara dos Deputados, onde não avançou. O texto prevê que os fornecedores informem aos sistemas de proteção ao crédito o histórico das compras de produtos ou servi-

ços financiados pelo consumidor que foram pagos em dia. Assim, as empresas poderiam identificar mais facilmente os bons pagadores. Para o autor, as informações contidas nesses bancos de dados vão facilitar a concessão do crédito.

Ontem, a Câmara aprovou projeto do deputado Bernardo Ariston (PSB-RJ) ao qual foi pensada proposta do Poder Executivo que permite a inclusão, nos bancos de dados de proteção ao crédito e de relações comerciais, de informações para um cadastro negativo (inadimplente) e outro positivo (adimplente).

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário

Às 10h, sessão especial destinada a comemorar os 20 anos de fundação da Associação dos Jovens Empresários de Fortaleza. Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta continua

trancada por quatro projetos de lei de conversão, além da MP 456/09, que aumentou o salário mínimo de R\$ 415 para R\$ 465 a partir de 1º de fevereiro.

### Agenda do presidente

O presidente do Senado Federal, José Sarney, recebe, às 11h30, a presidente da Caixa Econômica, Maria Fernanda

Ramos Coelho; às 16h preside a ordem do dia; e às 17h30 recebe o prefeito municipal de Macapá, Roberto Góis.

### Diretor da Visanet na CPI da Pedofilia

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia realiza, às 14h30, audiência pública com a presença do diretor de Relações Institucionais da Visanet-Brasil, Manoel Pinto de Souza Júnior.

### CAS ouve ministro da Previdência Social

Às 11h, audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para ouvir o ministro da Previdência Social, José Pimentel, sobre as políticas, programas e projetos a serem implementados pelo ministério em 2009.

### Na CCT, acesso à internet em local sem provedor

Para analisar uma pauta de 47 itens, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) se reúne às 8h30. Entre os itens, autorizações para funcionamento de emissoras de rádio e TV e o projeto que estabelece que, nos municípios que não contam com provedores de acesso à internet, as ligações telefônicas interurbanas, de terminais fixos, sejam tarifadas como se fossem chamadas locais.

### Indicações para conselhos na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne, às 10h, para analisar projeto que trata do plano de carreira do Tribunal de Contas da União. Em seguida, na segunda parte da reunião, os parlamentares apreciam 14 indicações para o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.

### CDR: mudanças no Estatuto da Cidade

Às 9h, reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para analisar, entre os sete projetos da pauta de votações, duas propostas que visam alterar o Estatuto da Cidade: a que trata da preservação dos recursos naturais nas construções urbanas e a que estabelece a legitimidade do Ministério Público para propor ação de usucapião.

### Subcomissão do Trabalho Escravo

A instalação da Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, ocorre às 9h. Na reunião serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado.

### Comissão de Orçamento analisa crédito para MRE

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) promove reunião às 14h30 para analisar, entre outros itens, abertura de crédito em favor do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e requerimento de audiência pública para debater o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010.

### CE discute exercício profissional

Audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), às 10h, para discutir o exercício das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicura, pedicura, depilador e maquiador. Entre os convidados, Solange Furtado, do Ministério do Trabalho; Maria dos Anjos Hellmeister, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo; e Antonio Lisboa, da Confederação Nacional do Comércio.

### CPI das ONGs

A comissão parlamentar de inquérito que investiga irregularidades na liberação de recursos para organizações não governamentais (CPI das ONGs) se reúne, às 14h30, para votação de requerimentos.



Virgílio classifica de "terroristas" argumentos do governo de que, com a comissão, papéis da estatal negociados no mercado correriam risco de queda

## CPI da Petrobras domina debates em Plenário

A INSTALAÇÃO DA comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar a Petrobras voltou, ontem, a mobilizar o Plenário do Senado. Enquanto o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), debateu o assunto por quase duas horas, recebendo dez apartes, o líder

do PT, Aloizio Mercadante (SP), discursou por uma hora e meia, ouvindo sete apartes.

Virgílio classificou de "terroristas" os argumentos usados pelo governo contra a instalação da CPI, segundo os quais os papéis da estatal negociados no mercado de ações correriam

risco de queda. Já Mercadante propôs que o foco dos debates na CPI esteja na definição de um novo marco regulatório para o setor petrolífero, diante das descobertas de reservas de petróleo na chamada camada pré-sal.

O presidente do Senado, José

Sarney, pediu aos líderes partidários que indiquem os nomes dos senadores que integrarão a comissão de inquérito. Ele prometeu, como presidente da Casa, manter uma "postura de distanciamento" e cumprir rigorosamente as regras relacionadas ao funcionamento da

comissão. Extraoficialmente, o PSDB já anunciou três senadores para integrar a CPI. O DEM, por sua vez, indicou outros três. Os partidos, porém, seguem em negociação, já que a oposição teria direito a apenas cinco vagas na comissão, que terá um total de 11 integrantes.

### Líderes devem indicar 11 titulares e 7 suplentes

O presidente do Senado, José Sarney, emitiu ofícios para que os líderes partidários indiquem, no prazo de cinco dias, os integrantes das CPIs da Petrobras e da Amazônia. Ele preferiu não se pronunciar a respeito da polêmica em torno da investigação sobre a empresa estatal.

– Quero manter uma posição de distanciamento, cumprindo rigorosamente o que determina o Regimento Interno e o que impõe a Constituição federal.

Sarney pede a indicação de 11 titulares e 7 suplentes para cada CPI, de acordo com a proporcionalidade de representação dos partidos na Casa.

As vagas foram distribuídas da seguinte forma: 3 titulares e 2 suplentes do Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB e PCdoB); 3 titulares e 2 suplentes do Bloco da Maioria (PMDB e PP); 2 titulares e 1 suplente do DEM; 1 titular e 1 suplente do PSDB; 1 titular e 1 suplente do PTB; e 1 titular do PDT.

De acordo com Sarney, as comissões serão instaladas na hora que os líderes quiserem, "podendo ser o mais rapidamente possível".

### Lei Rouanet

José Sarney recebeu ontem do ministro da Cultura, Juca Ferreira, pedido de apoio às mudanças na Lei Federal de Incentivo e Apoio à Cultura (8.313/91), a Lei Rouanet. Ferreira acredita que a aprovação da proposta pode resultar em aumento dos recursos para o setor dos atuais 0,6% para até 4% do Orçamento da União. Ele prometeu apresentar o projeto a Sarney dentro de 25 dias.



Para Mercadante (na tribuna), comissão parlamentar de inquérito deve priorizar discussão sobre as reservas do pré-sal e a distribuição da riqueza que deverão gerar

### Virgílio: PSDB quer "reestatizar" empresa

Arthur Virgílio (PSDB-AM) reafirmou o "mais alto compromisso de responsabilidade" da oposição na condução das investigações, garantindo que será travado um debate "sem maniqueísmo e efetivamente elevado". O senador negou que o PSDB queira propor a privatização da Petrobras, frisando que, com a CPI, vai-se "reestatizar a companhia, tirando-a de mãos indevidas, que estão tratando com falta de zelo o dinheiro público".

– Eu não quero privatizar, eu quero devolvê-la para o domínio do Estado brasileiro – afirmou.

Virgílio repudiou qualquer caráter "antipatriótico" que o governo tente impingir à oposição por propor investigar a Petrobras em uma CPI, lembrando que outras instituições, como o Tribunal de Contas da União, a Polícia Federal e o Ministério Público, já apuram denúncias de irregularidades na empresa. Ele questionou por que somente o Congresso é acusado de tentar desestabilizá-la.

– Impatriota é quem está surrupiando dinheiro público, na Petrobras ou fora dela – declarou.

### Agripino: presidência deve ficar com oposição

A divisão de poder dentro da CPI da Petrobras foi cobrada pelo líder do DEM, José Agripino (RN). Segundo o senador, o DEM e o PSDB já têm um candidato para ocupar a presidência do colegiado, cuja relatoria, atendida essa reivindicação, ficaria com a bancada do governo – a maioria.

Conforme Agripino, a escolha de um opositor para o comando da CPI daria equilíbrio às investigações, dificultando que se tornasse tendenciosa. Na mesma linha de raciocínio, ele pregou a necessidade de livrar a comissão de "emocionalismos".

– É preciso despolitizar a CPI para que se proteja a Petrobras, patrimônio do povo brasileiro. Temos de entrar em acordo para uma CPI com patriotismo.

Para o senador, esse entendimento deveria incluir o presidente Lula, de forma que o chefe do governo evitasse acusar os opositores de causarem prejuízos à companhia.

Agripino anunciou que DEM e PSDB já escolheram os senadores que serão indicados pelos dois partidos para a CPI, mas não informou os nomes.

### Mercadante defende marco regulatório

Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu um diálogo de alto nível entre os parlamentares da base do governo e da oposição durante a CPI da Petrobras. Ele pediu que a comissão seja um instrumento de debate para a definição de um marco regulatório para o setor, priorizando a exploração da camada pré-sal e a distribuição da riqueza que ela vai gerar.

A reserva de Tupi, lembrou, é a maior descoberta de petróleo dos últimos 30 anos, com cerca de 15 a 20 bilhões de barris. Mercadante propôs como um dos temas a ser debatido na CPI a política de royalties e sugeriu a discussão da hipótese de a riqueza gerada com o petróleo financiar a educação. Ele sugeriu ainda mudanças na forma de concessão do direito de prospecção, lembrando que somente Tupi tem riquezas potenciais de R\$ 2 trilhões, mas o leilão de exploração teria custado apenas R\$ 320 milhões.

– Existe algum problema na Petrobras ou no Brasil que seja mais relevante que esse debate? – indagou.

Mercadante previu que, em seis ou sete anos, o Brasil estará entre os dez maiores exportadores de petróleo no mundo.

## Câmara pode votar na próxima semana criação do FPE Verde

A vice-presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), defendeu a aprovação de projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que institui o FPE Verde. A matéria (PLS 53/00-Complementar), que tramita na Câmara, cria uma reserva do Fundo de Participação do Estado para os entes federativos que abrigam unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas. O deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) informou que o projeto deve entrar em pauta na próxima semana.

O debate ocorreu ontem durante reunião da Comissão



Ideli (2ª à dir.) preside reunião com Branca Bastos, Colbert Martins e Carlos Nobre

Mista, que ouviu do pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) Carlos Nobre detalhes sobre a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas (Rede-Clima), um dos principais pilares do Plano Nacional Sobre Mudança Climática (PNMC).

A rede envolve instituições brasileiras especializadas no estudo das mudanças climáticas e de suas consequências para diversas áreas: agricultura, biodiversidade, desastres naturais, energias renováveis, megacidades, políticas públicas, recursos hídricos, saúde

humana e zonas costeiras.

Também foi ouvida a diretora da Secretaria de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Branca Bastos, que enumerou os objetivos do plano: aumentar o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, reduzir as emissões de carbono, incentivar o uso de energias renováveis e dobrar a área de florestas plantadas no Brasil.

Por sua vez, Marina Silva expressou sua preocupação com a medida provisória (MP 452/08) que torna menos rígidas as regras de licenciamento ambiental para melhoria de rodovias federais. A senadora classificou a MP como "claro retrocesso".

### Voto de pesar por empresário paraense

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) encaminhou à Mesa requerimento de voto de pesar pelo falecimento, aos 92 anos, do empresário paraense Jerônimo Rodrigues, fundador do Grupo Líder. Segundo o senador, o grupo emprega mais de 5 mil pessoas.

### Pêsames pela morte de poeta uruguaio

O Senado aprovou voto de pesar pela morte do poeta e crítico uruguaio Mario Benedetti. Ele venceu vários prêmios literários. Os pêsames serão encaminhados à família e ao Congresso uruguaio. O requerimento é de Inácio Arruda (PCdoB-CE).





Márcio Kallume

Presidida por Casagrande, CMA acolhe três projetos em defesa do consumidor

## Prazo maior para desistir de compra feita a distância

Proposta aprovada ontem pela CMA dá 15 dias para o consumidor se arrepender de aquisição via internet

COM A FINALIDADE de ampliar os mecanismos de defesa do consumidor, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou proposta que aumenta de sete para 15 dias o prazo para arrependimento do consumidor, quando a compra de produto ou contratação de serviços for feita a distância, como através da internet ou por telefone.

Pela proposta, o cliente que mudar de ideia, dentro desse novo prazo, deverá receber de imediato os valores já pagos, uma vez que o direito de arrependimento se caracteriza por prescindir de motivo e ser isento de qualquer ônus financeiro. No caso de serviços, esse direito somente poderá ser exercido até o início da execução ou fornecimento do serviço contratado.

Oriundo da Câmara dos Deputados (PLC 182/08), a proposta tramitou na CMA com parecer do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), que entendeu ser pertinente o aumento do prazo para arrependimento, uma vez que, no caso de operações de compra ou contratação fora dos estabelecimentos comerciais ou de serviços do fornecedor, podem ocorrer divergências entre o produto e a informação ou publicidade recebida pelo cliente, bem como defeitos ou disfunções não observadas anteriormente.

### Exame imediato

A CMA também acolheu uma segunda proposta que reforça os mecanismos de defesa do consumidor, ao garantir o direito de examinar e testar, na loja,

os próprios produtos adquiridos que serão levados para casa, e não uma mera amostra disponível no estabelecimento comercial para demonstração.

No seu parecer, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) argumenta que, sob pretexto de respeitar o lacre do fabricante, o comerciante pode agir com má-fé, com o objetivo de passar o artigo viciado adiante. Ele explica que, em se tratando de produtos que precisem ser ofertados lacrados por força de lei, como alimentos pré-embalados e outros, permanecem em vigor as atuais regras de substituição daquilo que foi comprado ou restituição da quantia paga.

Pelo PLC 12/09, o exame do produto no ato da venda não afasta o direito de o consumidor reclamar, posteriormente, por vícios que ele não tenha observado de imediato. A norma também não se aplica quando o bem for entregue em domicílio. Nesses casos, continuam em vigor as atuais regras de reclamação – 30 dias da entrega de mercadorias não duráveis e 60 dias para produtos duráveis – para substituição ou restituição integral da quantia paga, quando forem constatados vícios de qualidade.

A Comissão do Meio Ambiente acolheu ainda duas emendas da Câmara ao PLS 314, de 2006, determinando a inclusão do nome e do endereço do fornecedor do produto ou serviço nos documentos de cobrança de dívida feita aos consumidores, além de CPF ou CNPJ dos fornecedores. As três propostas aprovadas vão à deliberação do Plenário.

**Medida determina que, em caso de devolução, cliente deve receber de imediato os valores pagos**

## Isenção do adicional ao frete pode valer por mais dez anos no Norte e no Nordeste

A isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante sobre a movimentação de mercadorias em portos localizados nas regiões Norte e Nordeste poderá ser prorrogada por mais dez anos. Apesar de estudo da Marinha do Brasil – lido pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) – recomendar a rejeição da medida, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem texto de César Borges (PR-BA) que assegura a prorrogação do benefício.

Conforme o relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a renovação prevista no projeto (PLS 238/06) ajuda a combater as desigualdades regionais. A matéria será examinada agora, em decisão terminativa, pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

No documento, a Marinha argumenta que a prorrogação é de iniciativa privativa do presidente da República, que já teria, inclusive, vetado a me-

da para o Norte e o Nordeste em projeto discutido anteriormente pelo Congresso.

Embora tenha registrado seu respeito pela Marinha, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que não poderia deixar de votar a favor do projeto e, assim, atender ao preceito constitucional de redução das desigualdades regionais. Tanto Flexa Ribeiro quanto o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) ponderaram que a arrecadação do adicional tem se mostrado bem superior aos valores aplicados pelo fundo. Segundo o parecer de Jereissati, no biênio 2004/2005, a arrecadação do adicional chegou a R\$ 2 bilhões, enquanto as aplicações do fundo se limitaram a R\$ 975 milhões.

Ao justificar a proposta, César Borges afirmou que o

adicional é um mecanismo de concentração de riqueza, que é retirada dos estados mais pobres e transferida para os mais ricos, onde estão sediados os estaleiros da indústria naval brasileira.

Valadares acabou anunciando seu voto a favor do projeto, transferindo o exame do mérito à CDR ou ao Plenário. Emenda do senador Renato Casagrande (PSB-ES), incorporada pelo relator, estende a isenção à área de atuação da

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que inclui ainda parte de Mato Grosso, e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que também cobre parte de Minas Gerais e do Espírito Santo, áreas com características sociais e econômicas similares às dos estados do Norte e Nordeste.

**Estudo da Marinha aponta que cabe à Presidência da República a iniciativa de propor o benefício**



José Cruz

Presidente da CAE, Garibaldi Alves (E) ouve argumentos de Flexa Ribeiro a favor da isenção para regiões mais pobres

## Material escolar deve ser usado para divulgar turismo

O material didático-escolar distribuído para alunos da rede pública de ensino poderá se transformar em veículo de informação sobre locais de interesse turístico no país. Projeto nesse sentido (PLC 132/01) foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. A proposta determina a divulgação de dados sobre a localização geográfica, aspectos culturais e ambientais e alternativas de lazer disponíveis, além do telefone do órgão estadual de turismo.

Para a execução da medida, o relator, Osmar Dias (PDT-PR), considerou suficiente que os órgãos responsáveis especifiquem nas licitações dos materiais a exigência quanto à inserção das informações turísticas. A matéria ainda será analisada nas comissões de Educação (CE) e de Desenvolvimento Regional.

Após ampla discussão, a CAE acolheu requerimento do senador Antônio Carlos Valadares para consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a constitucionalidade de projeto de lei (PLS 174/04) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que autoriza o Poder Executivo a criar a Poupança Emigrante e o Fundo de Financiamento ao Emigrante Empreendedor (FEE). Valadares ressaltou o fato de o substitutivo do relator, Inácio Arruda (PCdo B-CE), dispensar a autorização do governo para criação da poupança e do fundo.

Segundo Valadares, eventual inconstitucionalidade foi apontada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o que o motivou a consultar a CCJ. Durante a discussão, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) leu trechos do parecer da CAE – na qual a matéria será votada em decisão terminativa – que sustenta não haver óbices de ordem constitucional ou jurídica à sua aprovação.

## CAE discutirá liberação do valor de passagens aéreas

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou requerimento do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que solicita audiência pública sobre a decisão da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) de liberar o preço das passagens aéreas para o exterior.

Pouco antes, o presidente do colegiado, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), havia anunciado o calendário de audiências em maio, junho e julho.

Até o fim de maio, mais três debates serão realizados, além daquele sobre o valor de passagens aéreas. Na próxima terça-feira, o tema será o projeto (PLC 06/09) que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. No dia 27, a CAE discutirá a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). E, no dia 28, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, participará de audiência proposta pela Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade.

Quatro debates já estão marcados para junho. O primeiro, no dia 2, gira em torno do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Dois dias depois, a comissão examinará denúncia de concentração econômica na área da citricultura. No dia 9 de junho, estarão em pauta os fundamentos e a execução da política monetária. A última audiência de junho reunirá temas como a liberação de R\$ 100 bilhões para o BNDES e os efeitos da redução do IPI na arrecadação de estados e municípios.

Para julho, foram anunciadas duas audiências: política habitacional brasileira e sistemática de formação de preços dos combustíveis.



## Indicados para Ancine apontam concentração de salas de cinema

O baixo número de salas de cinema e a concentração delas nos grandes centros urbanos é um entrave ao desenvolvimento da produção brasileira apontado pelos três indicados para a direção da Agência Nacional do Cinema (Ancine) ouvidos ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

– Estamos convencidos de que é preciso ampliar radicalmente o número de salas de cinema no Brasil, levando-as, por meio de empreendedores privados, a todas as cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes e situando-as em locais de grande circulação da população de classe C – disse o presidente da agência, Manoel Rangel Neto, que teve sua recondução ao cargo aprovada.

Rangel lembrou que, desde 2005, a agência tem apoiado os cinemas de uma e duas salas com recursos do Prêmio Adicional de Renda.

Glauber Piva Gonçalves, aprovado para o cargo de diretor da Ancine, criticou a falta de interesse pelo filme nacional. Segundo ele, do total de pessoas que foram ao cinema em 2008, apenas 10,16% assistiram a um filme nacional. Para Gonçalves,

não existe resposta única para essa realidade, mas um dos principais problemas é o fato de o Brasil, com quase 200 milhões de habitantes, ter apenas 2.278 salas de cinema distribuídas em 409 municípios.

Já Paulo Xavier Alcoforado, que também teve o nome aprovado para ser diretor da Ancine, afirmou que o surgimento da nova classe C “inspira e desafia a ampliação” dos mercados de exibição cinematográfica e de distribuição de vídeo doméstico.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) observou que, “no Brasil, a produção de filmes aumenta e o número de cinemas diminui”.

– Essa é uma contradição que vai levar ao fracasso em algum momento – alertou.

Já o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) mostrou-se preocupado com o fato de as salas de cinema estarem se proliferando apenas em grandes centros comerciais, em detrimento de outros ambientes urbanos.

Para Flávio Arns (PT-PR), presidente da CE, o meio escolar é o ideal para estimular o jovem a frequentar e valorizar mais a ida ao cinema.



Gonçalves, Rangel, senador Flávio Arns e Alcoforado na Comissão de Educação

## Manoel Rangel tem recondução aprovada para presidir agência

A indicação da Presidência da República para a recondução de Manoel Rangel Neto ao cargo de presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine) para o biênio 2009/2010 foi aprovada ontem, em votação secreta, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O colegiado também acolheu pareceres favoráveis às indicações de dois novos diretores para a agência: Paulo Xavier Alcoforado e Glauber Piva Gonçalves.

Os membros da Comissão de Educação ainda aprovaram requerimento do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) para que as três indicações sejam apreciadas em regime de urgência pelo Plenário. O atual mandato de Manoel Rangel Neto termina no próximo sábado.

Mestre em Comunicação e Estética do Audiovisual pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Manoel Rangel também já exerceu o cargo de diretor da Ancine no biênio 2005/2006.

O relator da indicação, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), lembrou ainda, em seu relató-

rio, que o presidente da Ancine também exerceu o cargo de assessor especial do então ministro da Cultura Gilberto Gil, tendo sido ainda presidente da Comissão Estadual de Cinema da Secretaria de Cultura de São Paulo e representante da seccional da Associação Brasileira dos Documentaristas, dessa comissão.

A análise do currículo profissional do indicado demonstra claramente a experiência no setor de comunicações, em geral, e na área de audiovisual, em particular – observou Francisco Dornelles, que teve o parecer lido pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB).

Paulo Xavier Alcoforado, formado em Direito, Letras e Estudos de Dramaturgia, trabalhou em programas de televisão e realizou curtas-metragens exibidos em festivais de cinema e veiculados pela televisão. Trabalhou ainda em diversos programas nacionais e internacionais voltados para o setor de audiovisual.

Já Glauber Piva foi secretário municipal de Cultura da cidade de Votorantim (SP).

Reforma de 2001 substituiu manicômios por centros de atenção psicossocial, cuja rede, ainda incipiente, deixa desamparadas vítimas que não podem pagar entidades privadas



Rosalba Ciarlini (C) coordena primeiro debate sobre reforma psiquiátrica: objetivo é melhorar atendimento a pacientes

## Internação beneficia doente mental, dizem especialistas

A INTERNAÇÃO HOSPITALAR deve ser considerada parte importante no tratamento de pessoas com transtornos mentais. Assim pensam especialistas ouvidos pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que ontem deu início – em parceria com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – a um ciclo de debates sobre a reforma psiquiátrica.

A reforma foi estabelecida pela Lei 10.216/01, que trata dos direitos da pessoa com transtorno mental e cria novo modelo assistencial para o setor. Entre as principais mudanças, estão o fechamento gradual dos grandes hospitais psiquiátricos e o veto à construção de novos estabelecimentos.

Apesar de discordar do tratamento adotado pelos tradicionais manicômios – situação que originou a reforma e o fechamento desses hospitais –, o presidente da Associação de Psiquiatria de Brasília, Antônio Geraldo da Silva, defendeu a internação das pessoas com transtornos mentais em hospitais que ofereçam serviços com qualidade técnica e tratamento adequado.

Silva também defendeu a prevenção para permitir a detecção precoce e o tratamento imediato, mas isso não aconte-

ce no Sistema Único de Saúde (SUS), apesar de recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Criticou ainda o fato de o setor receber apenas 2% do orçamento do Ministério da Saúde, o que, para ele, é insuficiente.

A professora de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina Helena Calil também defendeu a internação de pacientes em crise. Segundo ela, quem tem condição de arcar com as despesas interna o familiar em clínicas particulares, mas os mais carentes ficaram desassistidos após a reforma psiquiátrica.

Já Hélio Lauar de Barros, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, defendeu o aumento do número de leitos disponíveis na rede hospitalar pública destinados a esses doentes, ainda que a OMS recomende o uso de medicamentos para iniciar o tratamento e evitar que o problema se torne crônico. Barros lembrou que mais de 20% da população mundial sofre de algum distúrbio mental. Ele propôs a criação de um grupo de trabalho para estudar os pontos essenciais da prestação de serviço na área.

Para o coordenador nacional

de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Pedro Delgado, a Lei 10.216/01 é um avanço e cria regras jurídicas para o tratamento da doença mental no país. Ele salientou que, até 1987, o paciente era tratado em “asilos” do Ministério da Saúde e em clínicas do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (Inamps), sistema que causava danos físicos e morais às pessoas.

Delgado afirmou que o número de centros de Atenção Psicosocial (Caps) para

atender vítimas de doença mental tem aumentado, especialmente no interior do Nordeste.

A presidente da CAS, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que é médica, disse que o objetivo

do ciclo de debates é contribuir para uma melhor distribuição dos recursos do orçamento, bem como originar propostas legislativas. Os familiares e a pessoa com distúrbio mental também devem ser ouvidos, disse o senador Flávio Arns (PT-PR), que pretende levar o assunto a debate em outras comissões, como a de Educação, Cultura e Esporte (CE), a qual preside, e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

**Debate na CAS, primeiro de uma série, reuniu psiquiatras e representante do governo federal**

## Polícia Legislativa indiciou ex-diretor de RH

O ex-diretor de Recursos Humanos do Senado João Carlos Zoghbi foi indiciado ontem pela Polícia Legislativa da Casa. Zoghbi está sendo investigado pela suspeita de intermediar operações de crédito consignado para funcionários do Senado.

Também foram denunciados Ricardo Nishimura Carneiro, Bianka Machado e Dias e o filho de Zoghbi, Marcelo Araújo. Os três são sócios em empresas que atuam na intermediação das operações de crédito consignado, mas, segundo a revista *Época*, eles seriam na verdade “laranjas” de Zoghbi; o ex-diretor do Senado seria o verdadeiro proprietário das

empresas.

O diretor da Polícia Legislativa, Pedro Ricardo Araújo Carvalho, anunciou que os quatro foram indiciados por crimes como corrupção passiva e formação de quadrilha. Zoghbi, além desses crimes, também foi indiciado por falsidade ideológica.

Pedro Ricardo informou ainda que os indiciamentos serão enviados à Justiça quando as investigações forem encerradas. A previsão inicial é que isso ocorra no próximo dia 28, mas ele ressaltou que o prazo poderá ser prorrogado.

### Novo depoimento

João Carlos Zoghbi e sua

esposa, Denise, fizeram ontem um segundo depoimento à Polícia Legislativa. Pedro Ricardo explicou que a investigação conduzida pela Polícia Legislativa se refere apenas às operações de crédito consignado. Ele informou que, no depoimento prestado ontem, não foram abordadas as declarações que o casal fez em entrevista à *Época* na qual eles acusaram o ex-diretor-geral do Senado Agaciel Maia de envolvimento ilegal em empresas terceirizadas contratadas pela Casa, além de insinuar a participação de senadores nessas irregularidades. O casal desmentiu essas denúncias no primeiro depoimento.



## Solenidade no Congresso homenageia 60 anos do jornal *A Crítica*

*A Crítica* atuou na defesa da liberdade de expressão e de pensamento durante a ditadura militar no Brasil, capaz de abrigar pontos de vista conflitantes e se apresentar como espaço plural de ideias. A afirmação foi feita ontem por Jefferson Praia (PDT-AM) durante a sessão solene do Congresso Nacional em comemoração aos 60 anos do jornal amazonense.

A homenagem foi requerida pelo senador e pela deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Rita de Araújo Calderaro, atual diretora-presidente, e Umberto Tomaz Calderaro, diretor de mercado do jornal e neto do fundador, Umberto Calderaro Filho, participaram da sessão.

Jefferson Praia ressaltou que *A Crítica*, "algo maior que um empreendimento meramente

jornalístico, é um projeto pedagógico-civilizatório a serviço da cidadania". Já o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacou a habilidade do fundador "em lidar com o poder com mode-

ração e seu amor à liberdade de imprensa".

### "Polêmica viva"

O presidente do Senado, José

Sarney, descreveu o fundador de *A Crítica* como "jornalista peleador, uma polêmica viva", e o diário como "imprensa vigorosa de palavras fortes". Comparou Calderaro com outros nomes

marcantes do jornalismo brasileiro da época – Assis Chateaubriand e Roberto Marinho – e disse que os veículos de comunicação por eles idealizados "são o resultado do perfil de seus fundadores".

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ressaltou a competência e o compromisso político com a informação do diário amazonense.

A deputada Vanessa Grazziotin, por sua vez, recordou que Umberto Calderaro costumava dar atenção aos movimentos estudantis e aos partidos de esquerda, numa demonstração de sua "ampla compreensão da sociedade".

Os deputados Átila Lins (PMDB-AM), Rebecca Garcia (PP-AM) e Lupércio Ramos (PMDB-AM) também participaram da homenagem.



Umberto Calderaro (D), Vanessa Grazziotin, Jefferson Praia e Rita Araújo Calderaro ouvem Rebecca Garcia

## Mecanismos para fortalecer o agronegócio

Vice-presidente de Agronegócios do Banco do Brasil defende aperfeiçoamento do seguro rural para frear renegociações das dívidas de agricultores

IMPLEMENTAR MECANISMOS DESTINADOS a frear as sucessivas renegociações e prorrogações das dívidas dos produtores rurais é o caminho para o fortalecimento da agricultura e do agronegócio. Entre as providências, estão o aperfeiçoamento do seguro rural e da política de garantia de preço dos produtos, disse o vice-presidente de Agronegócios do Banco do Brasil, Luiz Carlos Guedes, em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Para Luiz Carlos Guedes, as constantes renegociações nos últimos 20 anos vêm causando mal-estar para agricultores, Tesouro Nacional e agentes financeiros, especialmente o Banco do Brasil, responsável, segundo informou, por mais de 60% do financiamento do setor. Também participou da audiência o diretor de Agronegócios do banco, José Carlos Vaz.

O presidente da CRA, senador Valter Pereira (PMDB-MS), autor do requerimento da audiência, criticou "as regras implacáveis" que o Banco do Brasil impõe à segurança do crédito, em detrimento do apoio às atividades de fomento.

Em resposta, Guedes apontou falhas na legislação que regulamenta o financiamento bancário, por tratar de forma igual os riscos de operações



Ao lado de Valter Pereira, o diretor de Agronegócios do Banco do Brasil, José Carlos Vaz, fala à Comissão de Agricultura

comerciais correntes e de operações de crédito aos produtores rurais. Esse fato, observou, limita as possibilidades de apoio do Banco do Brasil ao agronegócio.

– Quando um agricultor renegocia uma dívida, sua classificação de risco aumenta, fazendo com que o banco também precise aumentar suas provisões para oferecer novo financiamento – explicou o dirigente.

Kátia Abreu (DEM-TO) cobrou providências do governo para

alavancar a agricultura e o agronegócio diante da crise financeira, que, lembrou, atinge o setor. A senadora alertou para a queda, nos últimos meses, de 32% na comercialização de fertilizantes. Ela também propôs subvenção ao frete e criação de um fundo para a agricultura e o agronegócio.

Já o senador Raimundo Colombo (DEM-SC) defendeu maior agilidade na liberação de recursos para frigoríficos e empresas da agroindústria, que

se encontram em dificuldades. Para ele, a demora na concessão dos recursos está gerando atraso no pagamento de fornecedores.

Gilberto Goellner (DEM-MT) propôs que a CRA participe de um grupo de trabalho – que reúne várias entidades, entre elas o Banco do Brasil, o Banco Central e a Confederação Nacional da Agricultura – que estuda itens considerados vitais para o setor, como a reclassificação de risco dos produtores rurais.

### Biocombustíveis: CRA vai analisar uso de outras culturas

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) vai debater, em audiência pública, o estágio da pesquisa científica e tecnológica sobre matérias-primas alternativas para a produção de biocombustíveis. A realização do debate foi aprovada ontem por requerimento de Kátia Abreu (DEM-TO).

A intenção original da senadora era focalizar o emprego do bagaço e da palha de cana na fabricação de biocombustíveis, mas o presidente da CRA, Valter Pereira (PMDB-MS), sugeriu a inclusão de outras matérias-primas, como pinhão-manso, mamona e dendê, hoje alvo de pesquisas com a finalidade de substituir ou reduzir o uso de combustíveis fósseis.

No requerimento, Kátia Abreu destaca ainda que o eucalipto pode ser igualmente bom para produzir biocombustíveis. A senadora observa que os combustíveis fósseis estão sendo levados à exaustão e são mais poluentes e que os biocombustíveis são alternativa para assegurar melhor aproveitamento da biomassa de culturas agrícolas atualmente subaproveitadas.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • César Borges • Marconi Perillo • Romeu Tuma • Paulo Paim • Mozarildo Cavalcanti • Delcídio Amaral

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lúcia Romero Novelli  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira  
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333  
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



## Efraim rebate denúncias e acusa *Veja* de manipular informações

O senador Efraim Morais (DEM-PB) contestou denúncia da revista *Veja* de que teria contratado, pelo Senado, 52 cabos eleitorais com atuação na Paraíba.

– A revista me acusa de utilizar assessores políticos fantasmas. No entanto, não tenho a menor dúvida de não haver cometido nenhum crime porque sei que desde o presidente do Congresso até qualquer um dos companheiros da Câmara

possuem, a maioria absoluta, assessores parlamentares com função política no estado – rebateu, lembrando que as contratações estão amparadas pelo Regimento Interno da Casa.

Efraim rechaçou ainda suspeitas com relação à sua evolução patrimonial e apresentou documentos – cartas de “habite-se” e contrato de financiamento – comprovando ter construído, e não “trocado”, um apartamento e uma casa de praia.

– Não troquei nenhuma casa. Vendi uma e construí outra, na condição de engenheiro – disse, acusando a revista de manipular informações.

Sobre seu suposto envolvimento na contratação irregular de trabalho terceirizado, Efraim lembrou que a denúncia já foi esclarecida pela Procuradoria da República no Distrito Federal no ano passado, após publicação no *Correio Braziliense*.

Ele reclamou ainda por ter

sido tachado pela *Veja* como um parlamentar “mediocre”, e destacou passagens protagonizadas por ele no Congresso.

Efraim recebeu a solidariedade do presidente do Senado, José Sarney, em nome da Mesa, e de José Agripino (DEM-RN), Cícero Lucena (PSDB-PB), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Heráclito Fortes (DEM-PI) e Raimundo Colombo (DEM-SC).



Foto de Geraldo Magela

Efraim nega contratação de “fantasmas” e “troca” de casa



Fim do fator previdenciário é tema que desperta mais interesse, diz Paim

## Paim debate projetos em viagem por várias comunidades gaúchas

Paulo Paim (PT-RS) fez ontem um relato ao Plenário de viagens que realizou em seu estado nos últimos cinco dias. Além de ouvir reivindicações, o senador discutiu nas comunidades visitadas projetos de sua autoria em benefício da classe trabalhadora.

– Cumpri uma extensa agenda, porque praticamente atravessei o estado. Com essa energia negativa que paira aqui no Senado, como é bom a gente andar lá pelo solo gaúcho e ver o carinho do povo do Rio Grande com o nosso trabalho, o carinho da própria imprensa. Isso demonstra que estamos no caminho certo.

Na quinta-feira, Paim esteve com os trabalhadores portuários de Rio Grande, para um debate sobre a Refinaria Ipiranga. Foi discutido o processo de demissões na empresa, já iniciado, apesar de um acordo em contrário firmado na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado envolvendo Petrobras, Braskem e Ultra, quando o consórcio comprou a Ipiranga.

Dali, o senador seguiu para outro debate, dessa vez em Porto Alegre, sobre o fim do fator previdenciário e também o reajuste dos aposentados. No dia seguinte, em Gramado, participou, como palestrante, do 10º Congresso Estadual das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Rio Grande do Sul.

Em Canela, o parlamentar proferiu palestra na 10ª Semana do Bebê. Ali, falou sobre direitos sociais, previdenciários e trabalhistas. O fator previdenciário também foi o tema de conversa com autoridades da prefeitura de São Francisco de Paula.

À noite, em Bento Gonçalves, Paim falou no encerramento do 7º Seminário

Sul-Brasileiro de Previdência Pública, com cerca de 600 participantes. No dia seguinte foi a São Jerônimo, onde fez palestra no 2º Seminário das Delegacias Regionais da Região do Carvão, no Sindicato dos Eletricistas, e a Santa Rita, onde conversou com os prefeitos e líderes da região discutindo a abertura de uma estrada.

Na última segunda-feira, proferiu em Porto Alegre outra palestra, ao lado de Eliezer Pacheco, secretário de Educação Tecnológica do Ministério da Educação, sobre os cem anos do ensino técnico no Brasil.

### Crise econômica

Paim concluiu sua jornada no estado com palestra no 3º Encontro das Entidades Sindicais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, realizado na cidade de Nova Petrópolis, e que contou com a participação de mais de 800 sindicalistas da área têxtil, couro, vestuário e calçados. Ali, o tema dominante foi a crise econômica.

– A primeira proposta que apresentam aos trabalhadores é a de flexibilizar os direitos. Assegurei a eles que no Congresso Nacional não passa nenhuma proposta que vá tocar em um direito dos trabalhadores – disse o parlamentar.

Segundo Paulo Paim, em todos os eventos, o fim do fator previdenciário e a PEC 50/06, que acaba com o voto secreto, foram os temas mais discutidos.

A importância do assunto e o interesse que desperta foram as razões apresentadas pelo senador por sua insistência para que a Câmara derrube o fator previdenciário, da mesma forma como ocorreu no Senado.

## Cristovam diz que educação nacional é de segunda divisão

Senador chama atenção para reportagem segundo a qual o baixo desempenho dos estudantes brasileiros levou organização mundial a reformular teste de avaliação

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) lamentou ontem, em Plenário, ter passado despercebida a reportagem do jornalista Demétrio Weber no jornal *O Globo*, no dia anterior, segundo a qual a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) teve de reformular no Brasil a prova para aferir o rendimento dos alunos, em razão do baixo desempenho dos brasileiros no teste.

Cristovam comparou a situação com uma hipotética disputa do Brasil em uma Copa do Mundo de futebol de segunda divisão.

– Se tivesse acontecido com o futebol, o técnico seria demitido na hora, os jogadores seriam execrados na rua, o presidente da República convocaria uma reunião para debater a segurança nacional. Mas, como é a educação, não tem problema – ironizou.

O Brasil ficou em 32º lugar em leitura, entre os 32 países submetidos ao teste, ressaltou, citando afirmativa do coordenador da



Cristovam também lamenta o arquivamento da CPI sobre o “apagão” educacional no teste.

prova, para quem a adaptação é necessária para “descrever melhor o desempenho dos alunos com menos habilidades”. Cristovam enfatizou que a prova não é feita por crianças que estão fora da escola nem pelas 60 que abandonam a cada minuto.

### CPI

Cristovam também lamentou o arquivamento de seu pedido para realizar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre o “apagão” da educação, do qual foram retiradas dez assinaturas

na última sexta-feira. Para o senador, a CPI não deveria ser temida pelo governo, porque não é dirigida ao governo, mas aos cinco séculos de carência na educação brasileira. Na opinião de Cristovam, o Brasil está jogando fora seu futuro, que é a inteligência de seu povo.

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) aparteu Cristovam e sugeriu a criação de uma comissão externa do Senado para realizar o levantamento educacional que estava proposto no pedido de CPI arquivado.

## Magno Malta comemora êxito de operação contra a pedofilia

O senador Magno Malta (PR-ES) afirmou que a Operação Turko, realizada pela Polícia Federal e pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a Pedofilia, foi um sucesso. Lembrou que a operação foi feita com base nos dados do portal de relacionamentos Orkut, fornecidos pela empresa Google depois que a CPI pediu a quebra de sigilo de usuários suspeitos.

Malta disse que “o Brasil é um paraíso de pedófilos” e assinalou que a Operação Turko foi possível graças à lei proposta pela CPI, e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que criminaliza a posse de material de pedofilia. Ele lembrou que Lula recebeu um prêmio da Organização das Nações Unidas (ONU) por ter sancionado a lei.

O parlamentar informou que a operação contou com a participação de 400 policiais federais, que tinham “92 alvos” em 21 estados. Ele agradeceu a participação da sociedade no combate à pedofilia, em especial os meios de comunicação e os artistas.

### Espírito Santo

No mesmo pronunciamento, Magno Malta criticou Sérgio Salomão, presidente do Conselho de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça, por seu pedido de intervenção federal no Espírito Santo. Ressaltando não ser da base do governador Paulo Hartung, o senador defendeu o governo dele, ao enfatizar a criação de 6.379 vagas prisionais no estado entre 2007 e 2010.

O parlamentar citou frase do



Operação foi possível graças a lei proposta por CPI, afirma Malta

ministro da Justiça, Tarso Genro, que, segundo ele, desautoriza o pedido feito por Salomão, seu subordinado. Para Magno Malta, o presidente do Conselho de Política Criminal e Penitenciária não fala a verdade. O senador disse não saber se há “interesses escusos” por trás do pedido de intervenção.



O manejo integrado do solo e dos cursos d'água é um exemplo de medida de proteção ambiental, citado por Osmar Dias, que resulta em aumento da produtividade agrícola



Lavoura ladeada por mata. Para senador, produção futura de alimentos está condicionada ao respeito ao meio ambiente hoje

## Osmar Dias quer conciliar agronegócio com preservação

O SENADOR OSMAR Dias (PDT-PR) acredita ser possível compatibilizar as necessidades crescentes de expansão da produção agrícola no país com as exigências de conservação do meio ambiente.

Em discurso realizado ontem, o parlamentar citou como exemplo de conciliação entre as duas atividades o plano de manejo integrado de solos e de cursos d'água implementado quando esteve à frente da Secretaria de Agricultura do Paraná, entre 1987 e 1994, o Paraná Rural. Segundo ele, as 82 ações constantes do programa, subsidiado pelo governo paranaense, permitiram a elevação da produtividade agrícola, colocando a agricultura do estado como uma das mais desenvolvi-



Senador destaca experiência bem-sucedida do Paraná

das do país.

– Se nós não preservamos pelo menos as margens dos rios, as fontes de água, nós vamos ter problemas mais sérios ainda no futuro. E a produção de alimentos, no futuro, depende muito daquilo que se fizer em relação ao meio ambiente agora. Mudar o Código Florestal sim, mas para

garantir a preservação – defendeu.

Referindo-se ao debate que se instaurou na sociedade sobre possíveis alterações no Código Florestal Brasileiro, Osmar Dias lembrou que, até o momento, nenhuma proposta concreta foi apresentada aos congressistas e que o Parlamento está aberto para receber sugestões.

O senador salientou que defende a preservação também em benefício do aumento da produção agropecuária. Segundo ele, é preciso “preservar mais para produzir mais”.

Osmar Dias propôs ainda o desafio aos paranaenses de elevar o percentual de preservação de florestas nativas em seu estado dos atuais 12% para 20%.

## Mozarildo elogia trabalho dos defensores públicos do país

No Dia Nacional da Defensoria Pública, comemorado em 19 de maio, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) subiu à tribuna para homenagear os defensores públicos do Brasil e, especialmente, os de seu estado. Ele afirmou que esses profissionais “são peças indispensáveis e inestimáveis do sistema jurídico nacional, pois defendem aqueles que não têm condições de pagar por um advogado”.

– É preciso ter quem defenda os pobres – declarou.

Para Mozarildo, os defensores públicos “fazem valer aquela imagem em que a Justiça aparece de olhos vendados, sem olhar para quem é rico ou pobre, ou seja, a ideia de que a Justiça é igual para todos”.

– Respeito todos os advogados, mas dou mais valor àqueles

que abraçam a defensoria para assistir os que não têm como pagar – disse ele, acrescentando que, sem atividades como essa, “torna-se realidade a percepção de que só vai para a cadeia quem é pobre”.

Os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Augusto Botelho (PT-RR) e Cícero Lucena (PSDB-PB) também se manifestaram, durante o pronunciamento de Mozarildo, para homenagear os defensores públicos.

### Roraima

Mozarildo lembrou que a Defensoria Pública de Roraima foi criada em 19 de maio de 2000. Ele informou que há 37 defensores no estado, “o que pode parecer pouco em números absolutos, mas deve-se considerar que Roraima tem a



Segundo Mozarildo, defensoria pública permite acesso dos pobres à Justiça

menor população do país”.

– Embora a quantidade ainda seja insuficiente para todas as demandas, esses profissionais vêm prestando um serviço espetacular no estado – avaliou.

Ao concordar com Mozarildo, Augusto Botelho disse que, em recente estudo, a Defensoria Pública de Roraima foi considerada uma das melhores do Brasil.



Expedito Júnior lembra que ministro Carlos Minc admitiu, em 2008, que remoção seria um erro

## Expedito cobra manutenção de posseiros em reserva de Rondônia

Expedito Júnior (PR-RO) pediu que o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, não permita a remoção das famílias que ocupam há 15 anos a Floresta Nacional do Bom Futuro (Flona), em Rondônia. De acordo com o parlamentar, o ministro teria assegurado, em audiência pública no Senado, em 2008, que a remoção não ocorreria.

No debate, segundo o senador, Minc teria dito que “foi um absurdo e um erro cometido no passado quando se permitiu que as famílias adentrassem a floresta, mas será um erro maior ainda tirar essas 6 mil famílias da reserva”. Apesar da promessa, há um termo de ajustamento de conduta assinado em 2005 que prevê a retirada dessas famílias.

Na avaliação de Expedito Júnior, os culpados pelo problema não são os moradores que invadiram a floresta, mas sim o governo federal, que não fiscalizou adequadamente a

reserva. Ele defendeu uma saída negociada e pediu mais tempo para se encontrar uma solução apropriada que proteja a população. O parlamentar também registrou a proposta feita pelo governador de Rondônia, Ivo Cassol, de oferecer outra área de preservação estadual ao governo federal em troca da permanência dos moradores na Flona.

Para a construção da usina de Jirau, no rio Madeira, comparou o senador, foi permitido invadir uma reserva ambiental. Não é o que acontece, acrescentou ele, quando se trata de resolver um problema social envolvendo mais de 10 mil pessoas.

Expedito Júnior elogiou ainda a visita dos deputados Wandenkolk Gonçalves (PSDB-PA) e Giovanni Queiroz (PDT-PA) à região para realizar audiência pública da subcomissão especial da Câmara criada para intermediar os conflitos agrários no país.



Valadares avalia que campanha pelo consumo da fruta resultaria em benefícios à saúde pública

## Valadares pede aumento do consumo nacional de laranja

A decisão de 14 municípios sergipanos de incluir a laranja na merenda escolar foi elogiada ontem pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que propôs ao governo federal uma campanha para incentivar o consumo da fruta. Para ele, os resultados serão importantes na saúde pública, pois a vitamina C, contida na laranja, ajuda o corpo humano a resistir melhor às doenças típicas do inverno, como gripes e resfriados. Além disso, continuou, ela é rica em cálcio, elemento importante para crianças e idosos.

Valadares ressaltou que Sergipe é hoje um dos grandes produtores de laranja do país, mas a queda dos preços, em mais de 60%, vem desanimando os produtores. A decisão dos prefeitos ajudará a produção sergipana, já que a laranja responde pela metade das exportações do estado.

Com produção estimada de

772 mil toneladas, Sergipe tem 53 mil hectares de laranjais, que dão emprego a 40 mil pessoas, destacou. O clima no estado favorece a cultura, sendo possível obter 15 toneladas por hectare e duas a três safras por ano, com menor índice de problemas fitossanitários, acrescentou.

As dificuldades do momento podem levar os produtores a abandonar a cultura, advertiu o senador. Daí ele acreditar que o caminho é aumentar o consumo nacional da fruta, o que o ministro da Agricultura poderia viabilizar promovendo encontro com os produtores para discutir alternativas para o setor.

– Quanto mais laranja o brasileiro ingerir, menores serão os gastos do país com saúde. Quanto maior o consumo de laranja, menores serão os índices de doenças respiratórias e outras vinculadas à falta da vitamina C no organismo – disse Valadares.